

Revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
da Universidade Estadual de Ponta Grossa



Pauta Geral

Estudos em Jornalismo

Volume 9 | Número 2 | 2022

ISSN: 2318-857X

Na Pauta: inclusão e inteligência artificial

É com um misto de alívio e alegria que publicamos a segunda edição de 2022 da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**. Com ela, finalmente colocamos em dia o fluxo editorial e agora podemos concentrar todos os esforços para o futuro. Conforme já explicado na edição anterior, a publicação passa por um processo de reestruturação da equipe responsável. Até aqui, houve todo um trabalho para, primeiro, colocar os artigos enviados no ano passado em dia (missão concluída) e, tão importante, garantir a viabilidade das edições futuras. Um exemplo disso está no dossiê *Jornalismo e Decolonialidade*, em fase de desenvolvimento, que deverá ser publicado até o final do próximo de junho.

Enquanto os primeiros frutos de 2023 não são publicados, nesta edição trouxemos dois textos. No primeiro artigo, intitulado “*Conta a mãe*”, “*explica a irmã*”, “*disse o pai*”: *a fala Down negada no jornalismo*, os pesquisadores Felipe Collar Berni e Alberto Efendy Maldonado procuram, a partir de reportagens publicadas em 2021 nos sites dos veículos jornalísticos *El País Brasil*, *Revista Veja*, *UOL* e *G1*, compreender traços apropriados pelo jornalismo para retratar pessoas com síndrome de Down. Valendo-se da ideia de *cidadania comunicativa*, eles observam a naturalização nas publicações do capacitismo — uma forma de discriminação contra pessoas com deficiência (PCDs) que, segundo o texto, “posiciona a deficiência como algo negativo, ou seja, se nutre da opressão e do preconceito para diminuir e descartar o corpo deficiente”. Para evitar o reforço a estereótipos, os autores compreendem a necessidade de construir exatamente um jornalismo anticapacitista que, ainda segunda a avaliação dos pesquisadores, contemple tanto a inclusão, acolhimento e representação de PCDs no processo comunicacional quanto produza conteúdos que também sejam potencialmente consumíveis por essa parcela da população.

Na sequência, a pesquisadora Regina Zandomênic, em *Inteligência Artificial e Jornalismo: implicações na redação de notícias e na aquisição do conhecimento*, apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória em andamento que procura confrontar as notícias automatizadas, isto é, aquelas produzidas por Inteligência Artificial (IA), com a noção de jornalismo como forma de conhecimento. Para tanto, a autora embasa o estudo nos teóricos Park (1940), Genro Filho (1987), Meditsch (1998), Van Dijk (2005), Franciscato (2008) e Nielsen (2017). Em diferentes fases, cada um desses

autores busca compreender o jornalismo enquanto fenômeno social. Ao término, a autora busca demonstrar lacunas (ainda?) existentes nos modelos de redação automatizada que se baseiam em inteligência artificial. Se a possibilidade de trabalhar rapidamente com uma grande quantidade de dados é um atrativo da tecnologia, por outro lado, a incapacidade de aprofundar e interpretar informações somada impossibilidade de ir a campo são lacunas que demonstram a necessidade de pensar, para além da substituição de jornalistas por máquinas, a integração dos dois modelos. Nesse sentido, o papel do repórter, como testemunha dos fatos do mundo concreto, mantém-se fundamental.

Desejamos uma ótima leitura.

“Conta a mãe”, “explica a irmã”, “disse o pai”: a fala Down negada no jornalismo

Felipe Collar Berni¹

Alberto Efendy Maldonado²

Resumo

O texto intenciona compreender traços que o jornalismo se vale para retratar pessoas com síndrome de Down em seus produtos. Como aportes teórico-metodológicos, são mobilizados o modelo biopsicossocial da deficiência; o capacitismo; a cidadania comunicativa e os sujeitos em inter-relação com os meios; o direito humano à comunicação; o jornalismo deficiente; e o pensamento transmetodológico. Enquanto materiais de referência, recorre-se a reportagens digitais publicadas pelo El País Brasil, que contêm esses(as) sujeitos(as) como protagonistas da narrativa. Com esse movimento, vislumbra-se, também, alargar e complexificar nuances envolvendo a construção e o exercício da cidadania comunicativa Down a partir da representação e visibilidade midiática. Os achados tensionam para o silenciamento das pessoas com síndrome de Down em detrimento de porta-vozes e para reprodução do discurso capacitista.

Palavras-chave: Jornalismo. Síndrome de Down. Cidadania Comunicativa.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bolsista financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professor substituto de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Integra o Grupo de Pesquisa PROCESSOCOM e a Rede AMLAT. E-mail: felipecollar@gmail.com

² Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo-USP e Pós-Doutor em Comunicação pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professor titular da Cátedra Armand Mattelart, do CIESPAL. Prêmio honra ao mérito em pesquisa da Cátedra UNESCO-UMESP-SP em 2006 pelo conjunto de trabalhos sobre América Latina, prêmio maturidade acadêmica INTERCOM, 2022 (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação). É fundador do grupo de pesquisa Processos Comunicacionais: epistemologia, mediatização, mediações e recepção (PROCESSOCOM/CNPq). Coordenador da rede temática de cooperação Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede AMLAT). E-mail: efendymaldonado@gmail.com.

“Tells the mother”, “explains the sister”, “said the father”: the Down syndrome speech denied in journalism

Abstract

The text aims to understand traits used by journalism to portray people with Down syndrome in its products. As theoretical-methodological contributions, the biopsychosocial model of disability is mobilized; ableism; communicative citizenship and subjects in interrelation with the media; the human right to communication; deficient journalism; and transmethodological thinking. Digital reports containing these individuals as protagonists of the narrative and published by El País Brasil were used as reference materials. This way, it is also possible to broaden and complexify nuances involving the construction and exercise of Down's communicative citizenship based on media representation and visibility. The findings stress the silencing of people with Down syndrome to the detriment of spokespersons and for the reproduction of the ableist discourse.

Keywords: Journalism. Down syndrome. Communicative citizenship.

Introdução

Como as falas de pessoas com síndrome de Down (SD) são mobilizadas em conteúdos jornalísticos? Essa pergunta contribui para alargar e complexificar nossa problemática de pesquisa – quando interessados em investigar a *cidadania comunicativa* desses(as) sujeitos(as) – revestida com uma nova lente: a da representação midiática. Entretanto, antes de avançar, torna-se prudente caracterizar o grupo social com o qual (co) construímos o estudo.

Não existe no Brasil uma estatística específica sobre o número de cidadãos com síndrome de Down. Para fins quantitativos, há uma estimativa com base na relação de 1 para cada 700 nascimentos: segundo esta conta, cerca de 270 mil pessoas no país teriam síndrome de Down.³ Quando apontamos para o somatório de pessoas com deficiência em território brasileiro, o último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, aferiu que aproximadamente 24% da população brasileira

³ Estimativa, na proporção 1 para 700 nascimentos, apresentada pelo Movimento Down, entidade da sociedade civil criada em 2012 visando a inclusão desses(as) sujeitos(as) nos espaços sociais. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/>. Acesso em 22 fev. 2022.

possui algum tipo ou grau de deficiência, ou seja, 46 milhões.⁴ Destes, 2.617.025 declararam ter deficiência intelectual, categoria a qual se enquadra a SD. A ausência de dados já evidencia o projeto de descarte e a marginalização social desse grupo, e a aposta numa não-cidadania, ao negligenciar informações básicas para a construção de políticas públicas nas diferentes esferas da sociedade. Se olharmos para dentro da comunicação, a situação não é diferente, observe-se o baixo volume de investigações que se dedicam a construir conhecimento em relação às pessoas com deficiência (COLLAR BERNI, 2022; ELLCESSOR; HAGOOD; KIRKPATRICK, 2021). Note-se como, esse fato, se entrelaça com os fazeres comunicacionais nas corporações e com a lacuna na formação acadêmica de profissionais, por exemplo.

Nosso exercício⁵, em particular, buscou encontrar indícios que nos ajudassem a tensionar a *cidadania comunicativa Down* a partir de textos jornalísticos aportados na *web*. Ao todo, foram selecionadas peças jornalísticas dos portais El País Brasil, VEJA, UOL e G1 que, de forma direta, retratam pessoas com síndrome de Down. O processo de seleção intencionou escolher três conteúdos a partir da palavra-chave “síndrome de Down” nos campos de busca dentro de cada *site*. Pela necessária limitação de abordagens para este artigo, oportunizou-se trabalhar com as reportagens publicadas pelo *El País*: “Com risco 10 vezes maior de morrer, brasileiros com síndrome de Down cobram vacinação imediata” (BETIM, 2021), datado de 20 de abr. de 2021; “Maju de Araújo, modelo internacional com Síndrome de Down, abre as portas ao mundo real” (ROSSI, 2021), de 1º de nov. de 2021; e “Um atleta com síndrome de Down completa pela primeira vez o Ironman” (REUTERS, 2021), publicado em 13 de nov. 2021, em parceria com a agência de notícias britânica Reuters. A análise de cunho qualitativo se deu a partir das materialidades textuais, porém, registramos o fato das narrativas fazerem uso da hipertextualidade, que amplia os tensionamentos em *cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down* a partir de outros lugares, como, por exemplo, a construção imagética.

⁴ O Censo 2010 ainda é a operação censitária mais recente realizada no Brasil até a redação deste artigo. O recenseamento inicialmente previsto para acontecer em 2020, como costume de se realizar a cada dez anos, foi adiado pela pandemia de COVID-19, inicialmente por um ano; contudo, a realização em 2021 também acabou não ocorrendo, depois que a verba destinada à pesquisa foi cortada pelo governo Bolsonaro em mais de 90%. A nova operação foi realizada em 2022, mas seus dados ainda não foram publicizados. Torna-se importante sinalizar a defasagem nos dados que impactam, também, a construção de políticas públicas.

⁵ Originalmente apresentado ao XVI Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação (Semic), organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (PPGCOM/UFG), de 24 a 26 de agosto de 2022.

Nesse percurso, dois elementos indiciários foram aflorados e sinalizaram necessidade de problematização: o uso de porta-vozes e a reverberação da fala *capacitista*.

Aspectos teóricos mobilizados

Ao utilizar a nomenclatura *pessoas com deficiência*, a sociedade o faz projetando em comparação àquilo que socialmente se constituiu como a representação do *corpo sem deficiência* (DINIZ, 2007; MARCO, 2020). Por conta da alteração cromossômica, os sujeitos(as) diagnosticados com a *trissomia do cromossomo 21*⁶, majoritariamente, apresentam características físicas que se distinguem do “corpo normal”: olhos puxados, rebaixamento do osso do nariz entre os olhos, dobra nas orelhas, pescoço baixo e pés e mãos pequenas. “Só existe uma pessoa com deficiência porque se criou o que é não ter deficiência” (MARCO, 2020, p. 27). Daí a necessidade de se opor à anormalidade, mas sem negar as demandas e especificidades daquele grupo. Por isso, é oportuno contextualizar que o uso da expressão *pessoa com deficiência (PCD)*, aqui empregada, se faz de maneira ressignificada em consonância com movimentos que lutam por direitos, pois o atual modelo de sociedade está longe de experimentar uma convivência social na qual, de forma indistinta, todos são tratados e respeitados como cidadãos. Observamos, assim, a necessidade de assumirmos as nomenclaturas como forma de pautar as lutas por autonomia, inclusão e cidadania. Outro pressuposto-chave, ao investigar a interface mídia e deficiência, o fazemos deslocando a deficiência do modelo médico, que a problematiza de maneira interiorizada e individualizada, para uma abordagem biopsicossocial, tensionada de forma estrutural e sociocultural; ou seja, a deficiência como *interação* entre sujeitos e barreiras de diferentes nuances – estruturais, comportamentais e culturais – que inibem a participação daquele sujeito(a) na sociedade de forma igualitária, promovendo limitações, desvantagens e exclusões. Assim, assumimos a deficiência, também, como construção social.

Para qualificar o conceito de *cidadania comunicativa*, fazemos a retomada de noções importantes que sustentam sua materialidade. Assim, é inevitável entrelaçá-la com o cenário complexo de transformações na realidade comunicacional/midiática que experienciamos. Observar a comunicação numa perspectiva sociocultural é imprescindível nas formações, experiências e ações sociais contemporâneas, requer o esforço de

⁶ Nome científico para a síndrome.

compreendê-la levando em consideração sua multidimensionalidade – econômica, política, histórica, sociológica e tecnológica, para citar algumas delas. No entendimento de Adela Cortina, *cidadania* seria um “conceito mediador” (2005, p. 27), haja vista que entrelaça exigências de justiça, moral, identidade, coesão social e pertencimento, capaz de constituir a “razão de ser da civilidade” (2005, p. 21), isto é, uma civilidade que, em sintonia com os diferentes atores sociais, faz com que seus membros se sintam *pertencentes à sociedade*, estimulando a convicção de que vale a pena lutar para mantê-la e melhorá-la. Compreendemos, também, que não se pode assumir a cidadania como um conceito pronto: há uma necessidade de alargamento na compreensão, que historicamente foi constituída a partir das questões de natureza jurídico-política. Note-se que o conceito de cidadania é submetido às construções históricas, atrelado também às lutas sociais. María Cristina Mata (2006) interliga a cidadania com os modos de participação e intervenção no espaço público, mobilizando a apropriação de direitos e oportunidades; dito de outra forma, uma “prática que implica la capacidad de ser sujeto en todos los ámbitos en que se construye el poder” (MATA, 2006, p. 08). A *cidadania comunicativa*, portanto, sinaliza para o envolvimento dos sujeitos(as), a partir do seu lugar de fala, nas estratégias de participação e apropriação dos meios de comunicação para expressão de suas culturas, saberes, filosofias, demandas e opiniões. É, portanto, o reconhecimento da mídia como espaço de visibilidade, de validação e de construção de conotações valorativas.

Faz bem reunir alguns pressupostos que nos ajudam a posicionar o jornalismo como elemento mediador da *cidadania comunicativa*. “Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser. Todos os demais direitos, poder-se-ia dizer, têm como origem essa dimensão comunicativa do ser humano” (GUARESCHI, 2013, p. 176), logo, reportamos a *necessidade social da informação* e o Jornalismo como instituição capaz e confiada de fazer com que os acontecimentos tomem contornos na mente das pessoas; ou seja, como própria construção social da realidade. Assim, observamos a mídia como espaço de visibilidade que, por meio de exposição e ocultamento, coloca em circulação modos de ler, ver e ser no mundo através de culturas, valores, filosofias etc. Desta forma, quando tensionamos as pessoas com deficiência (PCD) como *sujeitos(as) comunicantes*⁷,

⁷ Aqueles(as), referidos por Maldonado (2013, p. 90), que se inter-relacionam como os meios de “maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora”. Sujeitos entendidos por outras perspectivas que não aquelas mobilizadas para enquadrar nas demandas funcionalistas, positivistas e tecnicistas.

temos a oportunidade de compreender como a mídia, a partir de suas processualidades, interpela a construção, retificação e/ou rechaço de estigmas e preconceitos e, conseqüentemente, o exercício da sua cidadania.

O movimento de reconhecer a *comunicação* como direito humano e fundamental para o exercício pleno da cidadania torna-se base propulsora para avançar na discussão desse direito, levando-se em consideração as especificidades das pessoas com deficiência. Nesse sentido, entende-se “a Cidadania Comunicativa como um ‘espaço’ em que as PcD, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re)conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo” (BONITO, 2016, p. 188). Eis a representação midiática como instância de construção e propagação de identidade, visibilidade e autorrepresentação.

Por fim, ao assumir a deficiência na sua dimensão social, podemos tensioná-la noutra dimensão. Ao repercutir o “jornalismo deficiente” (BONITO; SANTOS; BEILFUSS, 2017), temos pretensão de chamar atenção para a fragilidade das rotinas produtivas em oferecer conteúdos acessíveis para as sensorialidades das pessoas com deficiência, ou seja, pela ausência de práticas e recursos de acessibilidade comunicativa dentro dos processos jornalísticos; da mesma forma, numa inter-relação falha e faltosa para com a cidadania de PCDs, desde a participação, representação e consumo das/nas peças comunicacionais.

10

A voz que não se escuta

O Jornalismo como instituição inserida e atravessada por um contexto social mais amplo, conseqüentemente, repercute as estruturas de opressão, silenciamento e descarte daquilo que se constituiu como corpo deficiente. Por isso, reafirmamos: para nós, interessa tensionar a deficiência no campo da comunicação também pelo modelo biopsicossocial, deixando em outro patamar o modelo estritamente médico, compreendendo que “a deficiência não se configura como um atributo do indivíduo, mas antes como resultado de uma complexa interação entre o sujeito e o contexto no qual está inserido” (FARIA, 2020, p. 120). Nesse processo de exclusão social, a voz de PCD é silenciada, terceirizada e/ou objeto de tutela, isto é, delineiam esses(as) sujeitos(as) como incapazes de terem voz, opinião e desejos. Daí a necessidade de entrelaçar nossa processualidade científica, pensamento social e fazeres jornalísticos atrelados às epistemologias do Sul (SANTOS,

2020)⁸, de assumir a palavra dos sujeitos com deficiência como conhecimento válido, legítimo e sem a necessidade de confirmação por terceiros. Tal postura articula-se ao ensejo de rechaçar uma perspectiva hegemônica-positivista-capitalista que desdenha socialmente desses cidadãos, afirmando possuírem mentes inválidas e, por isso, descartáveis no processo de produção de conhecimento e participação social; questão esta que fica evidente quando observamos as formas pelas quais pessoas com síndrome de Down são retratadas em produtos do jornalismo corporativo.

Antes, de forma breve, cabe contextualizarmos o teor e os enquadramentos das reportagens selecionadas. Na publicação de Rossi (2021), nota-se a história de vida de Maju de Araújo, uma modelo com síndrome de Down que conquista carreira internacional, tornando-se embaixadora da marca de cosméticos L'Oréal Paris, sendo a maior fonte de renda da sua família. O texto reúne histórias de preconceito e superação enfrentadas por Maju para conseguir ingressar e permanecer no universo da moda. Há, ainda, uma discussão através do movimento "Def Money" na exposição de marcas que dizem assumir uma postura consciente e aliada à diversidade, mas que não efetivamente assumem políticas de inclusão e acessibilidade em suas estruturas e filosofias. Já a reportagem publicada pela Reuters (2021), também apresenta como personagem a figura única de um SD, o atleta Chris Nikic, de 21 anos. O valor-notícia se vale do fato de, pela primeira vez, uma pessoa com síndrome de Down ter completado o *Ironman Triathlon*, desporto onde os atletas realizam três modalidades diferentes, sempre numa mesma sequência: natação, ciclismo e corrida. A reportagem, mesmo curta, apresenta quem é Nikic e sua marca de superação. Por fim, a reportagem de Betim (2021) repercute o início da vacinação contra a COVID-19 no Brasil, especialmente no pedido de enquadramento da síndrome como prioridade no Plano Nacional de Imunização. Para constituir a narrativa, é apresentada a realidade de dois cidadãos que possuem a síndrome, Luiz Octávio Almeida e Francinaldo Correia de Souza.

Das três reportagens que abordamos em nossa análise, todas utilizam-se de práticas que minimizam e até mesmo silenciam as vozes de SD. Entenda como a voz das pessoas com síndrome de Down são substituídas: "Eu achava que aquele ambiente da

⁸ Aqui pensadas a partir dos Boaventura de Sousa Santos como aquelas que "referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça" (2020, p. 17).

moda seria inacessível para ela”, conta a mãe, Adriana, de 48 anos.⁹; “Ninguém sabia muito o que fazer. Nessa ocasião ele ainda estava trabalhando, tendo vida normal, sem máscara”, explica Maria Fernanda Almeida, irmã de Luiz Octávio¹⁰; “Esse empenho deu para ele [Nikic] um mundo inteiro de inclusão”, disse o pai de Chris¹¹. “Conta a mãe”, “explica a irmã”, “disse o pai” são exemplos do modelo operativo que o jornalismo hegemônico se vale para pautar temáticas que interessam e envolvem as pessoas com SD.

Observe que, das três, duas reportagens tratam especificamente de uma única figura com SD, ou seja, assume-se toda uma estrutura narrativa a partir da história de vida daquele sujeito(a) e, mesmo assim, recorre-se de vezes outras para operacionalizar os códigos jornalísticos. No caso de Maju de Araújo (FIG. 1), sua própria mãe se intitula como “porta-voz” da filha.

Figura 1 – Mãe-porta-voz

Mesmo com dificuldades, a família decidiu investir o pouco que tinha na formação de Maju. Não sabia, no entanto, que o dinheiro da matrícula era apenas a ponta de um iceberg. Mais uma vez, as portas não se abririam com facilidade. “Ameacei processar a escola de modelo, que não queria aceitar a minha filha. Foi ali que me posicionei pela primeira vez”, conta Adriana, **que hoje é assessora e espécie de porta-voz da filha, já que Maju tem dificuldade para falar.**

FONTE – Rossi (2021).

Nota-se que a justificativa acionada se refere à especificidade da dificuldade de fala da filha. Uma pergunta emerge: como a mãe sabe dos sentimentos, desejos e opiniões de Maju de Araújo? O próprio texto responde ao afirmar que *“mesmo assim, a modelo se comunica bem, por meio de expressões e da linguagem de sinais, que ela usou para participar de uma série, chamada República, produzida para o Instagram e que durou 6 meses”*. Questão aquela que revela a deficiência do jornalismo (BONITO, 2016) e reafirma as estruturas de exclusão visto a impossibilidade do social se “adaptar” às particularidades das pessoas com deficiência. Observa-se que, neste caso em particular, a presença de um

⁹ Como pode ser encontrado em “Maju de Araújo, modelo internacional com Síndrome de Down, abre as portas ao mundo real”.

¹⁰ Fala observada na matéria “Com risco 10 vezes maior de morrer, brasileiros com síndrome de Down cobram vacinação imediata”.

¹¹ Trecho retirado da reportagem “Um atleta com síndrome de Down completa pela primeira vez o Ironman”.

intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) proporciona um diálogo direto para com a modelo, levando o leitor a conhecer de forma densa e aprofundada os sentimentos, experiências e percalços vivenciado por Maju de Araújo ao longo da carreira.

Outra reportagem que exhibe a figura de uma SD retrata o triatleta Chris Nikic. Nela não é mobilizado nenhuma fala direta de Nikic – apenas um *post* seu no Instagram foi apresentado para materializar sua expressão – embora se tenha feito um esforço em trazer uma fala específica do pai; personagem até então desconhecido na narrativa e não mais utilizado na sequência. Em outros termos, a figura paterna foi utilizada apenas para *falar por* Nikic (FIG. 2).

Figura 2 – Pai de Chris

O atleta treina seis dias por semana, começando sempre por um abdominal. Treina com um grupo de esportistas que o convidam a se unir também a suas atividades de ócio, restaurantes e festas. “Esse empenho deu para ele [Nikic] **um mundo inteiro de inclusão**”, disse o pai de Chris.

Fonte: Reuters (2021)

De forma específica, o fato revela um “esforço” em não escutar o sujeito¹². Chris Nikic, além de atleta, é palestrante motivacional (conforme consta em seu perfil no Instagram) e chama atenção o fato de alguém com oratória e performance discursiva não ser escutado em uma reportagem que aborda seu próprio desempenho.

Já a reportagem que discute a vacinação contra a COVID-19 de pessoas com síndrome de Down é construída a partir do caso de dois sujeitos que são apresentados na matéria, mas com *outros falando por eles*. Luiz Octávio Almeida tem sua voz majoritariamente substituída pela da irmã e Francinaldo Correia de Souza pela da sobrinha. Down: a voz que não se escuta. Realidade esta que se enquadra na reflexão de Victor Di Marco (2020) quando este observa criticamente o corpo com deficiência como um não-lugar, uma casa vazia que teve seu proprietário despejado e dado a ele ser espectador da sua própria trajetória.

Assisti minha história sendo narrada por verbos de outros, construí verdade na rua, vendo a minha casa-corpo se construir com tijolos que os outros jogavam nela sem poder dar um pitaco, sem poder escolher sequer se iria ter janelas ou não. Uma casa sem morador se decompõe, e esse corpo

¹² Aqui fazendo uma análise a partir da materialidade do texto, haja vista que desconhecemos o processo de apuração e contato com as personagens. Tampouco é apresentado esforços de contatá-lo.

que agora sem vida se ergue não mais o é se não um corpo. Sem morador, sem história, sem vida (MARCO, 2020, p. 15, destaques nossos).

É importante sinalizar as problemáticas e consequências dessa postura do jornalismo hegemônico em silenciar a fala desses sujeitos. Evidente que ao serem barrados das estruturas jornalísticas, as pessoas com síndrome de Down constroem espaços na qual suas vozes ecoam. Eis uma das entradas que as nossas investigações se deparam para avançar: perceber e compreender as táticas e estratégias que esses(as) sujeitos(as) empregam para exercer sua *cidadania comunicativa*, mesmo que longe dos conglomerados midiáticos. Mas ao mesmo tempo, complexifica-se esse movimento ao reconhecer a mídia como espaço de poder, de propagação e legitimação de culturas, crenças, projetos político-econômico etc.; sendo assim, um espaço de disputa, de visibilidade, representação, autorrepresentação e, também, de participação. Em diálogo como Maria Cristina Mata (2006), a autora defende a indispensabilidade de se perceber maneiras de os cidadãos serem vistos nesse espaço midiático, para a partir dali analisar quais representações a mídia constrói em relação à cidadania e à forma pelo qual se auto-representa enquanto um espaço democrático.

Ao silenciar as vozes das pessoas com síndrome de Down, o jornalismo lesa a *cidadania comunicativa* desses sujeitos, uma vez que impede a participação destes no processo comunicativo a partir do seu lugar de fala, inibindo a expressão de seus valores, opiniões, demandas e, conseqüentemente, de produção de sentidos e da realidade, da construção de conotações valorativas e de sua identidade.

A fala capacitista

A substituição das vozes *Down* por porta-vozes já é um problema em si próprio, como tensionamos acima. Nos casos analisados, outro agravante amplia a problemática: o *capacitismo*.¹³ Os próprios porta-vozes das pessoas com deficiência, assim como os jornalistas, repercutem pensamentos e falas *capacitistas* que estigmatizam, excluem e segregam esses sujeitos(as). O *capacitismo* posiciona a deficiência como algo negativo, ou

¹³ Visto a reverberação de um discurso que exclui e segrega as pessoas com deficiência, ao negligenciar o modo de vida desses(as) sujeitos(as), sua corporeidade e suas demandas, em detrimento daquilo que socialmente foi construído, numa perspectiva capitalista e produtivista, como o padrão, a normalidade e o desejável.

seja, se nutre da opressão e do preconceito para diminuir e descartar o corpo deficiente. Fiona Campbell (2001, p. 44, tradução nossa) define como: “uma rede de crenças, processos e práticas que produz um determinado tipo de corpo (o padrão corporal) que é projetado como perfeito, típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano”.¹⁴ Ocorre a construção de uma premissa da capacidade, a partir da comparação e submissão das performances corporais de pessoas com deficiência em razão das pessoas sem deficiência. Marco (2020) aponta para o sistema capitalista que se codifica a partir das desigualdades de diferentes naturezas, sendo, dessa forma, fonte de propulsão da perspectiva *capacitista*, visto que instaura a lei do mais eficiente para “domar e inviabilizar” (2020, p. 18) corpos outros que operam com diferentes ritmos, nuances e temporalidades. Temos, portanto, que o *capacitismo* “nega a pluralidade de gestos e não gestos, sufoca o desejo, mata a vontade e retira, assim, a autonomia dos sujeitos que são lidos como *deficientes*” (MARCO, 2020, p. 18, destaque no original). O jornalismo é *capacitista* quando minimiza ou até mesmo descarta a voz das PCD: quando abre espaços para outros contarem histórias que têm as pessoas com deficiência como protagonistas; quando utiliza expressões estigmatizadas, sensacionalistas e infantis que subestima ou superestima esses sujeitos; e, também, nos momentos que enquadra a inclusão pela lente da meritocracia e não como um projeto social. Entrelaçando com essa perspectiva, temos duas outras lentes que são mobilizadas para pensar as PCD: aquela que evoca sentimentos de dó, compaixão e infantilização; e aquela pelo viés do herói, a partir de uma leitura meritocrática que visualiza toda e qualquer ação de uma pessoa com deficiência como algo surpreendente e de superação – a exemplo dos discursos com os atletas paralímpicos: “Já é um vencedor” por simplesmente estar correndo uma prova de 100m com uma perna amputada, mesmo sendo o trabalho do sujeito que treina para fazer justamente aquilo. Portanto, reconhece-se o *capacitismo* como uma estrutura social de opressão que também se manifesta nas peças jornalísticas. Observa-se essa dinâmica a partir da relação entre visibilidade e reconhecimento, sendo o primeiro elemento constituinte da condição de se reconhecer. Dito de outro maneira: ao não possuírem visibilidade por outra representação que não a do viés *capacitista*, temos, por consequência, um não-

¹⁴ Do original: “a network of beliefs, processes and practices that produces a particular kind of self and body (the corporeal standard) that is projected as the perfect, species-typical and therefore essential and fully human”.

reconhecimento plural das PCD, visto que ainda são invisibilizadas como sujeitos em sua essência.

A reportagem que versa sobre a carreira de Maju de Araújo apresenta a dificuldade de uma PCD entrar em agências de modelo (ROSSI, 2021). Fala nos vários “nãos” que recebeu ao longo da vida e posiciona o debate, mesmo que de forma indireta, da meritocracia, ao colocar Maju como alguém que “superou barreiras” e se esforçou para “mostrar que é capaz”.

Figura 3 – 24.000 quilômetros

A mãe faz questão de lembrar que no caminho de Maju não há atalhos: “Se uma pessoa dita normal para os padrões da sociedade tiver que andar 6.000 quilômetros para chegar onde quiser, a Maju vai ter que andar quatro vezes mais, para mostrar que é capaz”. As grandes

Fonte: Rossi (2021)

Na Figura 3, a mãe traz uma real situação vivenciada pelas PCD: fazer mais e melhor uma mesma coisa do que uma pessoa sem deficiência. Porém, pouco problematiza as estruturas vigentes que, por exemplo, não dão possibilidades para esses(as) sujeitos(as) atuarem, tampouco rechaçam esse esforço, romantizando o *capacitismo*.

Já na reportagem que tange a vacinação contra o coronavírus (BETIM, 2021), o primeiro argumento mobilizado evoca o *produtivismo*, isto é, o trabalho como balizador da cidadania de pessoas com deficiência, numa tentativa de mostrar que esses(as) sujeitos(as) não são corpos descartáveis para a engrenagem capitalista. Luiz Octávio Almeida, de 41 anos, que tem síndrome de Down, afirma sentir saudade do trabalho e aponta a necessidade da vacinação: “*preciso tomar a vacina logo para voltar a trabalhar*”. Duas leituras interpelam tal compreensão: o trabalho como legitimação social, isto é, o “trabalho dignifica o homem”, mas no caso das pessoas com deficiência, o trabalho se consolida como espaço potencializador da cidadania e sociabilidade. Assim, mesmo com as estruturas de exclusão, esses(as) sujeitos(as) rompem tais barreiras e se projetam como verdadeiros “exemplos” para serem seguidos.

Vale mencionar que é justamente no contexto de reivindicação da independência e inclusão das PCD que a crítica feminista e pós-moderna marcou uma nova geração de debates em relação ao modelo social da deficiência (DINIZ, 2003). Isso porque o debate, até então, consistia na retirada das barreiras que impediam o desenvolvimento das capacidades e habilidades do sujeito deficiente na perspectiva produtivista da engrenagem

capitalista. Se opunham ao modo como o capitalismo tratava as pessoas com deficiência, embora a inclusão consistisse justamente em poder participar daquela estrutura de trabalho, de forma muito pouco crítica. As leituras feministas introduziram a subjetividade do corpo lesado nas discussões, pontuaram sobre o cuidado, a dor, a dependência e a interdependência como elementos centrais nas discussões sobre deficiência (DINIZ, 2007). Complexificaram, portanto, as demandas, especialmente quando ao rechaço do modelo capitalista que edifica as barreiras de segregação e exclusão desse grupo social da vida em sociedade. Note-se um revigoramento e expansão do modelo social. Retomemos.

Já Chris Nikic (REUTERS, 2021) é o próprio exemplo do herói, pois *“é a primeira pessoa com o distúrbio genético a finalizar a prova esportiva mais difícil do mundo”*, o triatleta compartilha da mensagem de que *“tudo é possível”*, basta querer. A reportagem sinaliza que a inclusão, neste caso particular, se deu por meio do mérito de Nikic, como é possível observar na fala do pai na Figura 2; o empenho do atleta deu a ele a possibilidade de inclusão.

De forma crítica, Marina Dias de Faria (2020, p. 138) posiciona as pessoas com síndrome de Down nas teias capitalistas: *“é útil socialmente – principalmente no que tange à lógica capitalista –, manter os indivíduos com SD em posição de vulnerabilidade e suas histórias como tragédias individuais, para que nada tenha de ser feito fora de suas estreitas redes no sentido de prover a inclusão social”*, isso pelo fato de pessoas com deficiência serem tidas como descartáveis dentro do sistema capitalista. Se nos perguntarmos *“A quem serve a lógica da exclusão?”* (FARIA, 2020, p. 138), o campo da comunicação também deve contribuir para essa resposta. Vemos, portanto, que o *capacitismo* não é algo construído e praticado exclusivamente pelo jornalismo: observa-se nas próprias falas das famílias e, minimamente, nos próprios sujeitos(as) com deficiência mobilizados nas reportagens que essa lente está enraizada no social, como um modelo de observar as PCD. Cabe ao jornalismo se valer de outras lentes para retratar essa realidade.

Novas demandas a partir dos observáveis

Como parte de uma processualidade científica em desenvolvimento, não temos pretensão de assumir esse texto como ancoragem para se conhecer uma materialidade dada sobre as pessoas com síndrome de Down dentro dos produtos jornalísticos. Antes, nosso ensejo avança na construção de diálogo e alerta para o campo e as instituições de

comunicação, que negligenciam o debate e ações em prol da *cidadania comunicativa* de pessoas com deficiência; justamente por compreendermos que a pesquisa se dá de maneira coletiva e porque não produzimos sozinhos. Pesquisadores e *coparticipantes* colaboram de forma confluyente com o desenrolar da investigação, seja na *pesquisa-da-pesquisa*, revistando a estudos, pesquisas e reflexões para fortalecer, alargar, problematizar e desconfiar das nossas concepções prévias, como também, buscando observar lacunas, fracassos e potencialidades para contribuir com a produção de conhecimento transformador; e no processo de troca, cercado-se de pessoas dispostas a ouvir e falar (MILLS, 2009; BONIN, 2011; MALDONADO, 2011). É nosso esforço em avançar com as reflexões que o artigo reúne.

Nossa pesquisa se interessa em compreender a *cidadania comunicativa* de pessoas com síndrome de Down a partir da concretude do seu cotidiano, daí a atenção empreendida para o ofício jornalístico. Importa, portanto – mas não só – atentar como esses sujeitos(as) se inter-relacionam com o jornalismo e quais os usos sociais fazem de seus produtos. Desse modo, observar como os próprios são retratados em conteúdos jornalísticos torna-se uma entrada para compreender quais sentidos afloram a partir da própria representação que o jornalismo faz desses sujeitos(as). Neste caso, experimenta-se uma reflexão evocando as compreensões do jornalismo como construção da realidade, janela de interpretação e de contato com o mundo, para construir uma sistematização e análise crítica do modo de representação de pessoas com síndrome de Down no Jornalismo; avançando para uma leitura desde as pessoas com síndrome de Down e sua identificação no espaço midiático. São algumas das primeiras demandas que nossas inferências sinalizam.

Nossos observáveis repercutem o *direito de escuta*, que é diferente da compreensão de “dar voz”¹⁵ a um determinado grupo, visto que *a priori* os jornalistas precisam dar ouvidos às PCD para depois se valerem de seus códigos para construir seus produtos. Evidente que esse *direito de escuta* carece de debate, tensionamento e de fortalecimento de natureza conceitual, exercitando, assim, a perspectiva transmetodológica (MALDONADO, 2013) de construção de conhecimento em companhia com os sujeitos(as) coparticipantes das nossas pesquisas. Esta é, inclusive, uma das perguntas que nossas inferências nos

¹⁵ A utilização das aspas revela a problemática nessa expressão, visto que entrega às instituições jornalísticas todo o poder de fala, representação e veiculação. Evidente que a engrenagem social e comunicacional comporta outras instâncias de debate e circulação de vozes. Mesmo silenciados pela mídia, esses sujeitos(as) falam.

deixam: qual o papel da escuta na construção e exercício da *cidadania comunicativa* de sujeitos(as) com síndrome de Down? Quais táticas e estratégias são utilizadas por esses sujeitos(as) para exercerem essa cidadania?

Outra nuance, tirada da experiência problemática *de falar pelos outros* mobilizada nas peças jornalísticas analisadas e trazida para as os fazeres científicos, é que devemos primeiro problematizar as estruturas de poder vigente que impedem que sujeitos(as) com síndrome de Down possam estar nos Programas de Pós-Graduação pesquisando e, se desejarem, debatendo sobre as próprias demandas do movimento Down. Por outro lado, também não podemos nos abster de contribuir com esse movimento: não *falando sobre* e sim *pesquisando-junto* e *falando para* pessoas com deficiência. E, aqui, há uma provocação de Gayatri Chakravorty Spvaki (2010) em relação a privilegiar, construir e oportunizar espaços de “contra-argumentação” em nossas pesquisas. Mais uma demanda que aflora: afinal, pode o subalterno falar? E mais, pode a pessoa com síndrome de Down exercer sua *cidadania comunicativa*?

Considerações finais

Ao reportarmos a aderência que a mídia possui no processo de significação e de construção valorativas e de identidade, vislumbramos uma contribuição significativa para o processo de inclusão e visibilidade das pautas e demandas das pessoas com deficiência, porém, ao mesmo tempo, apontamos para a demanda de uma responsabilidade em não reproduzir estereótipos, perpetuando estigmas já muitas vezes enraizados socialmente. “Integração é chamar para a festa e inclusão é chamar para dançar”, assumindo a provocação de Marco (2020, p. 25) para o fazer jornalístico, nos deparamos justamente nessa encruzilhada: a inclusão não ocorre na vinculação de uma reportagem no telejornal ou de uma entrevista que narra a vida de uma PCD. Para além disso, a inclusão é fruto de um tato qualificado, preocupado em garantir a expressão, a identidade, a autonomia, ou seja, a própria *cidadania comunicativa* desses sujeitos(as). Fato este que não ocorre quando outros falam por você ou quando se utilizam de vocabulários, pensamentos e silenciamentos para inviabilizar e negligenciar a pessoa com deficiência como *cidadãos comunicantes*.

Observe que nossos materiais de referências são reportagens com um espaço-tempo recente, datadas de 2021, mas que sinalizam uma prática mais antiga, já

amalgamada no fazer jornalístico. Dessa realidade, emerge a urgência de (re)pensar como as rotinas produtivas no jornalismo podem incluir processos que garantam a inclusão de PCD em seus produtos, como personagens e fontes, mas também, como audiência. Aí está outro debate que se apresenta, mas neste texto não avançaremos, já que demanda pensarmos recursos e práticas de acessibilidade comunicativa para a inter-relação autônoma desses sujeitos(as) com os meios de comunicação, rompendo barreiras que aprisionam as pessoas com deficiência num estado de pobreza informacional. Pois bem, ambos os casos apontam para duas deficiências que, em confluência, proporcionam a situação que observamos de exclusão, estigma, silenciamento e descarte do corpo deficiente: nas Escolas de Jornalismo e nas estruturas do fazer jornalístico. Está, em vista disso, construída nos moldes capitalistas que vislumbram prioritariamente o lucro, em detrimento da qualidade e compromisso com seus códigos e valores éticos. Já a produção acadêmica potencializa o não-pensar às demandas das pessoas com deficiência nas redações ao negligenciar uma formação atenta para as especificidades desse grupo social, que, por sua vez, não são homogêneos, mas mobilizam demandas muito próximas uns dos outros. Isso fica evidente quando questionados sobre recursos de acessibilidade e reivindicações do movimento PCD; os jornalistas se mostram ignorantes para tais demandas, apontando para a lacuna na sua formação acadêmica (BONITO, SANTOS, BEILFUSS, 2017). Daí a necessidade de garantir espaços dentro dos currículos e qualificar a formação a partir da interface entre mídia e deficiência.

20

Defender um jornalismo *anticapacitista* resulta muito além da inclusão e acolhimento das pessoas com deficiência no processo comunicacional, pois fortalece o próprio jornalismo como instituição legítima de codificação, mediação e ordenamento social, em meio às crises que atravessa. Por um jornalismo *anticapacitista* que possibilite uma representação midiática construídas desde e em parceria com os sujeitos comunicantes com deficiência: que exercite a escuta, que proporcione um espaço potencializador da voz desses(as) sujeitos(as), que produza conteúdos acessíveis para que todos possam consumir de forma autônoma e livre, exercendo o direito à comunicação e, conseqüentemente, à cidadania.

Referências

- BETIM, F. Com risco 10 vezes maior de morrer, brasileiros com síndrome de Down cobram vacinação imediata. **El País Brasil**. São Paulo, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-20/com-risco-10-vezes-maior-de-morrer-brasileiros-com-sindrome-de-down-cobram-vacinacao-imediata.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- BONIN, J. A. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, A. E. et al. (org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 17-40.
- BONITO, M. A Problematização da Acessibilidade Comunicativa como Característica Conceitual do Jornalismo Digital. **Âncora - Revista Latino-americana de Jornalismo**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p.175-193, jan./jun. 2016.
- BONITO, M.; SANTOS, L. C.; BEILFUSS, L. O jornalismo deficiente, sem acessibilidade comunicativa, nas práxis cotidianas do grupo RBS de Comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 15., 2017, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: SBPJor, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3LN3frk>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- CAMPBELL, F. K. "Inciting Legal Fictions: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law." **Griffith Law Review**, London, v. 10, n. 1, p. 42-62, 2001.
- COLLAR BERNI, F. As pessoas com síndrome de Down e os estudos em comunicação: o que os Anais da Intercom (não) revelam? **Anais do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, GP Comunicação para a Cidadania. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 5 a 9 de setembro de 2022.
- CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **SérieAnis**, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003.
- DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.
- ELLCESSOR, E.; HAGOOD, M.; KIRKPATRICK, B. Rumo a um campo de Estudos de Mídia e Deficiência. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, p. 6-37, 2021.
- FARIA, M. D. As teias que a Síndrome de Down não tece: identidade, estigma e exclusão social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 122, p. 119–143, 2020.
- GUARESCHI, P. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MALDONADO, A. E. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: MALDONADO, A. E. et al (org.). **Metodologias**

de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 277-303.

MALDONADO, A. E. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizatória. In: BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. (org.). **Processualidades metodológicas:** configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013, p. 87-103.

MARCO, V. D. **Capacitismo:** o mito da capacidade. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MATA, M. C. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

REUTERS. Um atleta com síndrome de Down completa pela primeira vez o Ironman. **El País Brasil**. [S.l.], 13 nov. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-11-13/um-atleta-com-sindrome-de-down-completa-pela-primeira-vez-o-ironman.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ROSSI, M. Maju de Araújo, modelo internacional com Síndrome de Down, abre as portas ao mundo real. **El País Brasil**. Rio de Janeiro, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-11-01/maju-de-araujo-modelo-internacional-com-sindrome-de-down-abre-as-portas-ao-mundo-real.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Submissão: 18 de dez. 2022

Aceite: 9 de mar. 2023.

Inteligência Artificial e Jornalismo: implicações na redação de notícias e na aquisição do conhecimento

Regina Zandomênic¹

Resumo

A evolução tecnológica da Inteligência Artificial (IA) viabilizou que ela redigisse notícias para agências e sites jornalísticos de, pelo menos, 16 países, entre eles o Brasil. O presente artigo, por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória, busca investigar se as notícias automatizadas refletem os conceitos do Jornalismo como forma de conhecimento abordados por teóricos como Park (1940), Genro Filho (1987), Meditsch (1998), Van Dijk (2005), Franciscato (2008) e Nielsen (2017). A pesquisa também apresentará as principais características da aplicação da Inteligência Artificial na redação noticiosa. Os algoritmos são muito ágeis na interpretação de dados e na redação de notícias. Entretanto, eles não conseguem duvidar de dados, aprofundar informações e nem entrevistam pessoas como os humanos.

Palavras-chave: Conhecimento. Inteligência Artificial. Notícias.

Artificial Intelligence and Journalism: implications for News writing and the acquisition of Knowledge

Abstract

The technological evolution of Artificial Intelligence (AI) made it possible for it to write news for journalistic agencies and websites in at least sixteen countries, including Brazil. This paper, through exploratory bibliographical research, seeks to investigate whether automated news reflects the concepts of Journalism as a form of knowledge addressed by theorists such as Park(1940), Genro Filho(1987), Meditsch(1998), Van Dijk(2005), Franciscato (2008) and Nielsen(2017). The research

¹ Professora e coordenadora do curso de Jornalismo do Centro Universitário Estácio de Santa Catarina e bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da instituição. Doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento/Mídia e integrante do Grupo de Pesquisa em Mídia e Convergência (UFSC). E-mail: rezandomenico@gmail.com.

will also present the main characteristics of the application of AI in news writing. Algorithms are very agile in interpreting data and writing news. However, they cannot doubt data, deepen information and do not even interview people like humans.

Keywords: Knowledge. Artificial Intelligence. News.

Introdução

Na mesma década do século XX em que o sociólogo norte-americano Robert Park publicou um artigo no *Jornal Americano de Sociologia* afirmando que o Jornalismo é uma forma de conhecimento, o primeiro experimento reconhecido como Inteligência Artificial foi desenvolvido nos Estados Unidos. A busca por definir o que é o conhecimento, as intenções em criar uma tecnologia que pudesse pensar e agir como os humanos e a prática do Jornalismo, entretanto, já aconteciam muito tempo antes. Na Grécia Antiga, de acordo com Perelmuter (2019), os exemplos estão nas análises do filósofo Platão sobre conhecimento e no poema *Ilíada*, escrito por Homero, que aborda robôs criados por Hefesto, deus grego dos artesãos. Em relação à prática jornalística, Lage (2006) pontua que, a partir de 1609, começaram a circular na Europa os primeiros jornais diários, mas antes desse período, em Veneza do século XVI, já havia acontecido o lançamento dos *Avvisi*, que reuniam notícias vendidas ao público.

O artigo de Robert Park apontando o Jornalismo como uma forma de conhecimento ganhou a primeira veiculação científica em 1940. Três anos após, os repórteres que escreveram notícias sobre o pioneirismo da Inteligência Artificial (IA) talvez não tenham imaginado que, quase 80 anos depois, essa tecnologia estaria redigindo notícias. Por outro lado, pesquisadores relacionados à IA, da década de 1950, eram muito otimistas e acreditavam em um grande potencial que poderia ser aplicado em várias áreas do conhecimento. Em 1957, por exemplo, o também norte-americano Herbert Simon afirmou que a IA tinha condições de pensar, aprender e criar (RUSSELL; NORVIG, 2013, p. 20).

O propósito de recriar em uma máquina a inteligência humana era um grande desafio e motivou inúmeras pesquisas, na então emergente, ciência da computação da década de 1950. A complexidade da tarefa, com um objetivo audacioso, atraiu cientistas, embora naquele período o desenvolvimento da computação estivesse muito longe dos parâmetros da atualidade. Nos anos 1940, os estudos pioneiros sobre IA e do Jornalismo como forma de conhecimento aconteceram sem interconexão. Na atualidade, o

desenvolvimento da IA possibilitou aos algoritmos escreverem notícias, atividade até então restrita aos humanos que segue técnicas específicas aprendidas nas graduações de Jornalismo e na prática cotidiana da profissão. Mais ágeis em lidar com grandes quantidades de dados, os algoritmos também se destacam pela rapidez com que redigem. Isso significa que, em relação aos jornalistas, as IAs se sobressaem na agilidade da escrita e na interpretação de dados estruturados quando a tarefa é redigir uma notícia.

Diante dessa realidade, há distinção qualitativa do conteúdo redigido por uma IA em relação ao redigido por um repórter humano? Isto é, há conhecimento quando uma notícia é redigida por algoritmos? Para discorrer sobre esse tema é responder essa pergunta é imprescindível conceituar o Jornalismo como forma de conhecimento, abordar a evolução da IA até o emprego dela na redação de notícias e apresentar características da redação automatizada.

Jornalismo como conhecimento

Além de Robert Park, vários outros estudos teóricos também fornecem subsídios para compreender o Jornalismo como forma de conhecimento, entre eles os de Genro Filho (1987), Meditsch (1998), Van Dijk (2005), Franciscato (2008) e Nielsen (2017). Segundo a análise de Nielsen (2017), Robert Park estava muito preparado quando escreveu o artigo *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo na Sociologia do Conhecimento*, em março de 1940. Antes de ser um dos fundadores da Escola de Sociologia de Chicago, Robert Park havia atuado como jornalista e publicitário. A análise de Park (1940) foi feita a partir da perspectiva filosófica do psicólogo e filósofo americano William James. De acordo com essa perspectiva, ao longo da vida, as pessoas são impactadas com vários tipos de conhecimentos. No artigo, o pesquisador afirma que:

A maioria das formas de conhecimento que alcançaram a dignidade de uma ciência são, na longa história da humanidade, de origem muito recente. Uma das primeiras e mais elementares formas de conhecimento é a notícia. [...] As notícias, na medida em que devem ser consideradas como conhecimento, são provavelmente tão antigas quanto a humanidade, talvez mais velhas (PARK, 1940, p. 682).

O autor situou o jornalismo entre os conceitos de “conhecimento sobre” e “conhecimento de”. O “conhecimento sobre” é sistemático e formal, “perseguido metodicamente com todas as formalidades e aparato lógico que a pesquisa científica criou” (*ibid.*, 1940, p. 672). Em outras palavras, trata de características reconhecidas do

conhecimento explícito. Por sua vez, o “conhecimento de” envolve experiências práticas e conhecimento tácito; é intuitivo e não sistemático. Na análise do autor, “se baseia no lento acúmulo de experiência e na acomodação gradual do indivíduo ao seu mundo pessoal” (*ibid.*) e, por consequência, possui características semelhantes ao instinto e à intuição.

Quase 50 anos depois, Adelmo Genro Filho afirmou que o Jornalismo tem características próprias como conhecimento e não apenas um grau de abstração. O autor destaca que a principal característica do Jornalismo como forma de conhecimento “é a apropriação do real pela via da singularidade, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica” (GENRO FILHO, 1987, p. 54). Genro Filho (1987) define que o conhecimento gerado pelo Jornalismo não é como o da ciência, “que dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais”. Para o autor, duas variáveis podem ser elencadas no processo de significação do Jornalismo. Uma é vinculada à amplitude do acontecimento em relação à sociedade e a outra considera as relações e os significados que podem ser constituídos durante a produção e veiculação (*ibid.*).

Complementando esse pensamento, Meditsch (1998) apresenta uma abordagem que dá destaque não às semelhanças, mas as diferenças que o Jornalismo possui como único e original em relação ao “conhecimento sobre” e ao “conhecimento de”. Segundo o autor, o Jornalismo não disputa com a ciência o título de quem apresenta melhor a realidade, apenas revela de uma maneira diferente. Esse contexto dá ao Jornalismo a possibilidade de revelar outras nuances que podem passar despercebidas por outras formas de conhecimento. O pesquisador também pontua que a forma de produção do Jornalismo, fixada na imediatividade do real, atua no campo lógico do senso comum e essa característica é fundamental. Enfatiza ainda que o senso comum, durante muito tempo, foi desprezado pela ciência moderna. Entretanto, começou a ser valorizado quando as Ciências Humanas deram valor à observação do cotidiano como subsídio para analisar as relações sociais (MEDITSCH, 1998).

O pesquisador holandês Van Dijk (2005) conclui que as notícias são uma complexa interação entre conhecimento conhecido e desconhecido. Embora o jornalista não possa quantificar com precisão o conhecimento anterior do público sobre determinado tema, cabe ao profissional colher o máximo de informações possíveis sobre o fato que será noticiado. Essa práxis envolve questões sobre a competência jornalística e, por consequência, a disputa de audiência entre os veículos de comunicação. Van Dijk (2005) aponta que:

[...] podemos ler uma matéria de jornal sobre um caso específico de violência doméstica, e nossa compreensão de tal história forma um modelo daquele evento. Lendo com mais frequência sobre tais eventos no jornal, construímos outros modelos de eventos, e após algum tempo podemos inferir um conhecimento mais geral sobre violência doméstica pela generalização e abstração a partir desses modelos específicos. O contrário também ocorre: uma vez que já temos certo conhecimento geral sobre o tema, usamos isso para construir modelos mentais sobre casos mais específicos de violência doméstica (DIJK, 2005, p. 16).

O autor também enfatiza que grupos específicos, como o de acadêmicos e especialistas, são detentores de conhecimentos que compartilham com integrantes dos grupos aos quais pertencem. Esses conhecimentos, entretanto, são desconhecidos, em parte ou na totalidade, por pessoas externas. Sendo assim, as notícias têm o papel de levar o conhecimento ou aprofundá-lo ao público que não pertence a determinado grupo relacionado ao fato veiculado. Castilho e Coelho (2014) abordam, inclusive, que a notícia, ao apresentar algo novo, também pode reforçar, modificar ou anular conhecimentos acumulados.

Nielsen (2017) ampliou o entendimento do Jornalismo como forma de conhecimento incluindo as notícias veiculadas na internet. O ambiente on-line das notícias é, evidentemente, muito mais complexo do que o panorama vivenciado por Park, na década de 1940, com os jornais impressos e emissoras de rádio. O Jornalismo veiculado na web começou com a transposição do material dos jornais impressos para o ambiente on-line e na sequência passou pelo discurso de que o texto deveria ser curto. Entretanto, logo foi possível identificar que o ambiente virtual trazia outras vantagens, além do imediatismo na publicação de notícias em fluxo contínuo.

Levando em conta a característica multimídia, Nilsen (2017) conclui que as inúmeras maneiras de apresentar uma informação na web proporcionam formas diferentes para aquisição do conhecimento. Além dos textos não-lineares, infográficos (interativos ou não), vídeos, áudios e fotografias estão entre as inúmeras opções disponibilizadas ao público. O autor enfatiza a acessibilidade e a orientação por dados como características marcantes das notícias veiculadas nos sites jornalísticos (NIELSEN, 2017, p. 4).

O pesquisador indica que as notícias digitais podem ser pensadas a partir de três formas de conhecimento público e mediado. O primeiro é relacionado às “notícias como impressões” encontradas em manchetes, alertas de notícias, aplicativos de mensagens e resultados de ferramentas de buscas. Na sequência estão as “notícias como itens” dos

veículos de comunicação, como a TV e sites jornalísticos. E, por último, as “notícias sobre relações”, caracterizadas pelo aprofundamento da informação (*ibid.*).

O conhecimento produzido pelas ações do jornalista, como entrevistar e redigir a notícia, na avaliação de Franciscato (2008), tem status de conhecimento prático e a forma típica de conhecimento resultante é o produto noticioso. Na avaliação do autor, que compreende esse processo como “conhecimento no jornalismo”, o conteúdo dessas notícias, não é apenas um suporte discursivo que viabiliza a transmissão do conhecimento. A redação da notícia é resultado de vários fatores, entre eles, a capacidade de cognição e as normas deontológicas. Dentro do panorama estudado, o pesquisador destaca a importância de diferenciar o “conhecimento no Jornalismo” dos conceitos de “conhecimento do Jornalismo” e “conhecimento para o Jornalismo”. No “conhecimento do Jornalismo” o resultado é um discurso sobre o Jornalismo gerado pela metodologia relacionada à investigação científica. Em relação ao “conhecimento para o Jornalismo”, a preocupação dos envolvidos tem como objetivo melhorias nas etapas de produção jornalística (FRANCISCATO, 2008, p. 10).

Os estudos de Park (1940), Genro Filho (1987), Meditsch (1998), Van Dick (2005), Franciscato (2008) e Nielsen (2017), embora tenham sido elaborados em períodos distintos da influência dos avanços tecnológicos na prática jornalística, possuem como consenso a relação do Jornalismo com o conhecimento. Nesse contexto, jornalistas não são considerados apenas comunicadores porque passam a ser produtores e reprodutores de conhecimento. Considerar o Jornalismo como forma de conhecimento, na avaliação de Meditsch (1998), também traz como consequência uma maior exigência sobre a formação dos jornalistas e os conteúdos que veiculam.

As notícias veiculadas na internet, na interpretação de Nielsen (2017), representam um capítulo da Sociologia do Conhecimento, área relacionada ao estudo das condições que influenciam a produção e veiculação do conhecimento. A atuação da Inteligência Artificial no Jornalismo altera o fluxo de produção e veiculação dessas notícias no ambiente on-line. Sendo assim, se já era importante pesquisar a relação das notícias on-line, redigidas por humanos, com a disseminação do conhecimento, a automação da escrita por IAs apresenta-se, no mínimo, como um subcapítulo desse processo.

Inteligência Artificial

O senso comum, subsidiado pela literatura e filmes de ficção científica, apresenta a IA como um programa de computador ou até mesmo um humanoide que consegue realizar as mesmas tarefas que um humano. Entre os pesquisadores, não há uma definição consensual. Para Gabriel (2022), a IA é a capacidade das máquinas de imitar as funções da mente humana. Já na interpretação de Webb (2020), a IA pode ser definida como um sistema que toma decisões autônomas.

Nas pesquisas científicas, as análises sobre a atuação da IA estão centradas em dois conceitos contraditórios. Um grupo acredita que essa tecnologia “imita a inteligência humana”. Nesse caso, os pesquisadores vinculam as tarefas que uma IA foi designada com a “fidelidade ao desempenho humano”. Por outro lado, há os que defendem que as Inteligências Artificiais não têm relação com inteligência humana e as pesquisas investigam se os algoritmos pensam ou agem racionalmente quando desempenham tarefas (MIROSHNICHENKO, 2018, p. 1).

Os conceitos fundamentais para a área da Inteligência Artificial são resultantes dos estudos do matemático e cientista britânico da computação Alan Turing, que propôs em 1950 o “Teste de Turing”. O objetivo dele era uma definição operacional sobre a inteligência. O computador passaria no teste se conseguisse responder, por meio de digitação on-line, perguntas feitas por um humano e ele não descobrisse que a interação era com uma máquina. Turing defendia a complexidade do comportamento humano e acreditava que um conjunto de regras não conseguiria ser mais inteligente (RUSSEL; NORVIG, 2013, p. 890-892).

Um dos fatores relacionados à eficácia da Inteligência Artificial é o *Big Data*, conceito ampliado a partir do final da década de 1990 que tem relação ao grande volume e variedade de dados. O *Big Data*, na avaliação de Marques, Oliveira e Mainieri (2019), viabiliza às máquinas a oportunidade de mostrar “o que elas podem fazer de melhor, o que dá aos homens a visualização de probabilidades, perspectivas e previsões que só são possíveis graças a esta enorme capacidade de processamento de dados” (MARQUES; OLIVEIRA; MAINIERI, 2019, p. 5). Ao analisar esse contexto, fica claro que o ponto de partida para uma IA entregar determinada tarefa são os dados a que terá acesso.

Inteligência Artificial e redação automatizada

Em uma linha do tempo entre os primeiros jornais diários, no século XVII, até o final do século XX, os humanos foram os únicos responsáveis pela redação de notícias. O século XXI, entretanto, trouxe uma nova realidade. A empresa americana *Narrative Science* é responsável pelo licenciamento, em 2010, do primeiro programa de jornalismo automatizado. De acordo com Graefe (2016), o programa, batizado de *Stats Monkey*, surgiu de projeto da Universidade de Northwestern e automatizava narrativas de partidas de beisebol. Em 2010, a Europa também estreou na redação automatizada com o site britânico *The Guardian* veiculando notícias de esportes. Quatro anos depois, o veículo ampliou a cobertura automatizada para as notícias sobre finanças (RUIZ; VERDÚ, 2019).

A pesquisa bibliográfica exploratória identificou que redação de notícias por IAs é realizada por, pelo menos, sites jornalísticos e agências de 16 países. Ruiz e Verdú (2019) apontaram Portugal, Holanda, Finlândia e Áustria como sedes de agências de notícias que veiculam conteúdos automatizados. Torrijos e Bran (2019) analisaram notícias redigidas pela IA de um site espanhol. Carreira e Squirra (2017) identificaram Alemanha, Estados Unidos, China, Coreia do Sul, Dinamarca, França, Noruega, Rússia, Reino Unido e Suécia. Por fim, o registro brasileiro foi identificado quando o site G1 veiculou que realizaria a cobertura das eleições de 2020 com apoio de uma Inteligência Artificial (G1, 2020).

Para os veículos de comunicação, um dos principais atrativos do uso da Inteligência Artificial é a velocidade na qual essa tecnologia analisa e sintetiza dados para transformá-los em texto. O fator tempo é crucial para o Jornalismo porque está diretamente ligado à veiculação da notícia em tempo real e fluxo contínuo, características do Jornalismo na web. Por consequência, aos índices de audiência também são favorecidos quando os veículos conseguem agilidade na veiculação de notícias.

Uma demonstração de quanto as IAs podem ser ágeis foi quando o *Los Angeles Times* veiculou a ocorrência de um terremoto em 17 de março de 2014 apenas três minutos após o acontecimento. O mérito foi creditado à IA do veículo. Batizada de *Quakebot*, a tecnologia usou dados do *United States Geological Survey* (USGC), instituição científica do governo americano que disponibiliza dados em tempo real e estudos sobre perigos naturais e impactos do clima. Ao acessar o *Los Angeles Times* e fazer uma busca por tremores de terra é possível encontrar inúmeras notícias assinadas pelo algoritmo *Quakebot*. No período de janeiro a junho de 2022, por exemplo, foram veiculadas 11 notícias e ao final de cada

texto, o veículo fez a ressalva que *Quakebot* é um aplicativo e que um editor revisou o texto antes dele ser publicado.

Deficiências das Inteligências Artificiais na redação de notícias

A agilidade da interpretação de dados e na redação tem sido uma característica evidenciada na aplicação de Inteligências Artificiais no Jornalismo. Oliveira (2016) avalia, entretanto, que uma IA ainda não tem capacidade de aprofundar as informações da notícia. Por consequência, essa deficiência prejudica a aquisição do conhecimento que o Jornalismo viabiliza. Um exemplo prático é o caso do terremoto veiculado em primeira mão pelo *Los Angeles Times*, em 17 de março de 2014. Após a divulgação, feita por meio de um texto redigido pela IA do veículo, os repórteres atualizaram a informação 71 vezes nas seis horas seguintes à primeira veiculação. Informações colhidas com fontes especializadas e observações *in loco* da catástrofe só foram possíveis por meio da atuação dos repórteres. A revelação foi feita pelo jornalista e programador Ken Schwenckedo do *Los Angeles Times*, em entrevista para o site de tecnologia, política e negócios *Slate – embroiled in wonky debates*, em março de 2014 (OREMOS, 2014).

Dois pesquisadores espanhóis publicaram, em 2019, um estudo que analisou notícias escritas pela IA *Ana FutBot* e publicadas pelo site espanhol *El Confidencial*. O objetivo foi averiguar o tipo de linguagem gerada e as consequências na qualidade da informação. A análise envolveu 80 notícias relacionadas a todas as partidas da segunda divisão do campeonato espanhol de futebol realizadas entre fevereiro e março de 2019. De acordo com o estudo, em todos os textos a estrutura foi a mesma mudando apenas o nome dos times, local, horário da partida e o quantitativo de gols. O uso da IA viabilizou agilidade na veiculação, mas os pesquisadores concluem que é necessário aprimorar a tecnologia para que os textos fiquem mais analíticos e, por consequência, mais informativos (TORRIJOS; BRAN, 2019, p. 251).

Técnicas de apuração e pesquisa jornalística não acontecem quando uma IA escreve uma notícia. Nesse contexto, estão incluídas ações como entrevistas pessoais para o confronto e confirmação de informações e consulta a documentos disponibilizados em meios físicos. A redação automatizada também não participa da prática do jornalismo investigativo que “tem como função desvendar as causas, as origens de um acontecimento, sem nunca ficar limitado ao factual” (SEQUEIRA, 2005, p. 112).

Autor do *Guia do Jornalismo Automatizado*, Graefe (2016) enfatiza que, embora os algoritmos viabilizem a divulgação de um fato por meio de dados, não têm capacidade de interpretar os motivos que provocaram o acontecimento e nem as consequências. Diante desta constatação, o pesquisador indica que os jornalistas devem se concentrar nas tarefas que os algoritmos não conseguem realizar como entrevistas e reportagens investigativas. Agindo dessa maneira, aprofundariam conteúdos, confirmariam dados e buscariam outras fontes para, no mínimo, veicular informações mais completas.

O surgimento da redação automatizada trouxe para as empresas jornalísticas a presença de algoritmos que não duvidam dos dados que são apresentados. Simplesmente cumprem a tarefa designada: entregar um texto noticioso. Seguindo este viés, Tüñes-López, Toural-Bran e Nogueira (2019) concluem que a escrita de notícias por IAs quebra a essência do Jornalismo. Obviamente, um humano pode errar ao redigir uma notícia ou deixá-la incompleta, mas existe a possibilidade de isso não acontecer. Entrevistar, investigar, duvidar e confrontar, entre outros atos, não acontecem na redação automatizada. Então, a Inteligência Artificial só terá a chance de errar se os dados que ela recebeu estiverem incorretos.

Outra desvantagem quando a tarefa é redigir notícias é a incapacidade dos algoritmos de estarem presentes no local do fato e colherem informações que não são repassadas por fontes, mas observadas pelo repórter. A interpretação do contexto cultural, competência avaliada por Lage (2006) como relevante para o trabalho de reportagem, também não pode ser realizada pelos algoritmos escritores. O autor afirma que “o processamento mental da informação pelo repórter inclui a percepção do que é dito ou do que acontece, a sua inserção em um contexto (o social e, além desse, toda informação guardada na memória) (*ibid.*, 2006, p. 9). Por consequência, essas deficiências prejudicam a aquisição do conhecimento que o Jornalismo viabiliza.

Escobar (2016) também relata que os algoritmos não conseguem interpretar ironia, sarcasmo ou metáforas culturais e essa deficiência pode descontextualizar algo que se pretende divulgar. Perelmuter(2019) avalia que especialistas em computação e linguistas enfrentam um grande desafio porque essas interpretações, que o cérebro humano tem condições de fazer, são ainda muito complexas para os sistemas artificiais.

Fazer uma IA interpretar é considerada uma tarefa árdua para Lee (2019). O autor prevê que estudos nessa área ainda demorarão muito para conseguir atingir o objetivo e

registra que as IAs ainda são deficientes na interação com as pessoas, algo relevante nas técnicas de entrevista e apuração jornalísticas.

Embora a IA tenha superado em muito os seres humanos em tarefas estreitas que podem ser otimizadas em bases de dados, ela permanece teimosamente incapaz de interagir naturalmente com as pessoas ou imitar a destreza de nossos dedos e membros. Também não pode se engajar em pensamento em domínios diferentes sobre tarefas criativas ou aquelas que exigem estratégia complexa, tarefas cujas entradas e resultados não são quantificáveis com facilidade (LEE, 2019, p. 185).

A identificação de emoções realizada por humanos é complexa para as IAs e tem motivado pesquisas conjuntas de linguistas e especialistas em computação. Os estudos incluem a criação de sistemas artificiais que compreendam o significado de parágrafos e não façam apenas a leitura de palavras (PERELMUTER, 2019, p. 49). Essas deficiências das IAs, na avaliação de Lindén (2018), podem se converter em um forte motivador para que os jornalistas analisem melhor as “capacidades humanas como o desenvolvimento de inteligências social e emocional, curiosidade, autenticidade, humildade, empatia, serem bons ouvintes, colaborativos e abertos à aprendizagem” (LINDÉN, 2018, p. 19).

As capacidades humanas também são enfatizadas por Santos (2014), que destaca o texto criativo e bem elaborado como um diferencial importante em relação às soluções automatizadas. Thurman, Konstantin e Kunert (2017) reforçam a qualidade textual como um dos diferenciais e indicam que várias habilidades dos jornalistas — como a curiosidade, o julgamento de notícias e o ceticismo — podem ganhar mais destaque porque são diferenciais que os algoritmos ainda não conseguiram atingir. Cabe salientar que, mesmo que os algoritmos consigam melhorar a construção textual, por enquanto, ainda ficariam restritos a oferecer informações que não são resultantes de entrevistas, investigações e observação direta do repórter. Essas observações podem ser do local do fato ou até mesmo do comportamento do entrevistado.

A redação automatizada de notícias suscita questões sobre a veracidade dos fatos porque, de acordo com Muller e Massaron (2019), as máquinas não são eficientes em identificar o que é verdade ou mentira. Lage (2006) considera que os jornalistas, na maioria dos casos, executam o olhar crítico frente aos fatos, uma habilidade de competência humana. Uma reportagem publicada no *Portal Imprensa*, em 2017, chamou atenção para um erro cometido pela IA do *Los Angeles Times*. O *Twitter* do veículo americano noticiou, em 21 junho de 2017, um terremoto na cidade de Santa Bárbara, no estado da Califórnia.

A IA não identificou como erro a atitude de um funcionário da central de meteorologia. Ele acionou sem querer o alerta quando pesquisava um fenômeno que aconteceu em 1925. (PORTAL IMPRENSA, 2017). Diante do erro, o veículo de comunicação veiculou uma retratação informando que acabara de deletar um tuíte informatizado que abordava a ocorrência terremoto. O jornal justificou a atitude explicando o erro e lembrando que Inteligência Artificial *Quakebot* era a responsável pela redação da notícia.

Caso a Inteligência Artificial busque informações em um banco que contenha dados manipulados, por exemplo, não haverá dúvida diante dos números. Do mesmo modo, também não aplicará critérios éticos para decidir pela publicação ou não de uma notícia. Algo vivido pelos jornalistas inúmeras vezes ao longo da carreira. Muitas dessas situações, inclusive, sequer estão previstas em códigos de ética da profissão. Essa questão também é levantada por Lewis, Sanders e Carmody (2018). Os pesquisadores acreditam que o jornalismo automatizado traz vantagens e riscos às empresas jornalísticas. Uma das desvantagens é o risco legal que as organizações correm quando um algoritmo produz uma notícia difamatória e ela é veiculada.

Considerações finais

O trabalho de pesquisa desenvolvido até o presente momento identificou que nem sempre o público é informado quando uma Inteligência Artificial é a autora da notícia veiculada. Há veículos que usam essa informação como um diferencial da cobertura jornalística informando a prática aos leitores, mas sem identificar qual texto é resultado de uma redação automatizada. Textos muito curtos, orações que sempre apresentam números, a falta de aprofundamento das informações sem a presença de citações diretas e indiretas de entrevistados estão entre as características observadas nas notícias automatizadas lidas pela pesquisadora.

O quantitativo de notícias e a rapidez para redigi-las têm sido fatores positivos das IAs identificados na pesquisa bibliográfica exploratória, não só por pesquisadores, mas por gestores de veículos de comunicação, agências de notícias e empresas desenvolvedoras dessa tecnologia. Nessa realidade, o qualitativo dos textos entra na “lógica do bom suficiente”, termo empregado para classificar tecnologias que cumprem determinada tarefa. Para esses casos, entretanto, os parâmetros de eficácia podem ser diferentes para o público, jornalistas, pesquisadores e empresários da comunicação. O ponto de atenção é

que a redação automatizada de notícias “pode estar sendo adotada unicamente por seu caráter ‘industrial’ e pelo custo radicalmente reduzido, não priorizando a diversificação, a cultura e a qualidade humana dos relatos” (CARREIRA; SQUIRRA, 2017).

Embora cada veículo de comunicação possua características distintas, como a relação texto/imagem da TV, há fatores comuns e muito valorizados na prática jornalística, independente do meio. Entre eles, a atuação do repórter em entrevistas com as fontes para colher, aprofundar e checar informações, além da possibilidade de fazer conexões e descobrir novas pautas. A academia e o mercado de trabalho jornalístico enfatizam a importância das técnicas de apuração como aliadas da credibilidade da notícia. Capacidades que, por enquanto, a Inteligência Artificial ainda não atingiu, embora ganhe destaque na velocidade em que interprete dados e ajude na rápida veiculação das notícias.

No Jornalismo, independente do meio, os dados contidos nas estatísticas ou colhidos durante a apuração são o ponto de partida das análises mais aprofundadas. A primeira delas é a verificação da veracidade deles. A busca por entrevistas com especialistas para ajudar ou repercutir essas análises também estão no escopo desse trabalho. Floresta e Braslauskas (2009) defendem a prática de usar entrevistados para ilustrar os temas abordados em textos jornalísticos. As autoras avaliam que os números transformam um acontecimento sociológico em estatística e indicam o que acontece na sociedade. Por isso, é relevante “buscar histórias que mostrem como esses números são na prática” (FLORESTA; BRASLAUSKAS, 2009, p. 31).

A humanização do relato, quando se dá voz a pessoas que efetivamente participam ou participaram do que é noticiado, também é uma característica do texto jornalístico. Em uma notícia sobre a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, por exemplo, dados sobre o número de mortos é relevante, mas relatos de pessoas que perderam familiares também têm a mesma importância. Os relatos pessoais dos envolvidos, junto das entrevistas com especialistas, transformam a frieza das estatísticas em novos subsídios para compreender melhor os impactos e as consequências do acontecimento.

Na redação automatizada, realizada por Inteligências Artificiais, a atuação do repórter é inexistente. Os algoritmos, por meio da Geração de Linguagem Natural (GLN), produzem narrativas simples a partir de informações extraídas de bancos de dados estruturados. Os dados são os subsídios obrigatórios que uma IA precisa para redigir textos que podem abordar assuntos de áreas muito distintas, como o esporte, a economia e previsão do tempo (DIAKOPOULOS, 2016).

Diante do exposto, a conclusão é que as notícias redigidas por IAs não conseguem atingir as características apontadas pelos pesquisadores Genro Filho (1987), Meditsch (1998), Van Dijk (2005), Franciscato (2008) e Nielsen (2017) do Jornalismo como forma de conhecimento.

Referências

CARREIRA, K; SQUIRRA, S. Notícias Automatizadas, Geração de Linguagem Natural e a Lógica do Bom Suficiente. **Revista Observatório**. v. 3, n. 3, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/41f64qY>. Acesso em: 10 jul. 2020

CASTILHO, A.V. C.; COELHO, C. S. Reinish Christianne Curadoria de Notícias e jornalismo na produção de Conhecimento. *In: Estudos em Jornalismo e Mídia*. v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2MKKqXt>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DIAKOPOULOS. N. Accountability in Algorithmic Decision Making. *In: Communications of the ACM*, fev. 2016, v. 59, n. 2, pp. 56-62.

FLORESTA, C.; BRASLAUSKAS, L. **Técnica de reportagem e entrevista: roteiro para uma boa apuração**. São Paulo: Saraiva, 2009.

FRANCISCATO, C. E. Desafios para pensar a geração de conhecimento no campo do jornalismo. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 31., 2008, Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. **Mídia, ecologia e sociedade**. São Paulo: Intercom, 2008. p. 1 - 15. Disponível em: <https://bit.ly/42SlbbI>. Acesso em: 28 mar. 2022.

G1. **Em iniciativa inédita G1 publica textos com resultado da eleição em cada uma das cidades do Brasil com auxílio de inteligência artificial**. 2020. Disponível em: <http://glo.bo/3pjk6uy>. Acesso em: 12 nov. 2020

GABRIEL, M. **Inteligência Artificial: do Zero ao Metaverso**. Barueri: Atlas, 2022.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.

GRAEFE, A.; HAIM, M.; BROSIUS, H. B. Readers'a perception of computer-generated news: Credibility, expertise and readability. **Sage Journals**. V, 19, n. 5, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3nH3wUW>. Acesso em: 10 jul. 2021.

LAGE, N. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa**. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

LEE, K. F. **Inteligência Artificial**: como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

LEWIS, S. C.; SANDERS, A. K.; CARMODY, C. Libel by Algorithm? Automated Journalism and the Threat of Legal Liability. *In: Sage Journals*. v. 96, n. 12, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3NPgcE2>. Acesso em: 17 ago. 2021.

LINDÉN, C. G. Algoritmos para o Jornalismo: o futuro da produção de notícias. *In: Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero*. Ano XXI – n. 41, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3M4VYoa>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MARQUES, R. B.; OLIVEIRA, M. L. S; MAINIERI, T. Comunicação pública, cidadania e big data: o caso do aplicativo Meu DigiSUS. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 42., 2019, Belém, PR – 2 a 7 de setembro de 2019. Fluxos comunicacionais e crise da democracia. São Paulo: Intercom, 2019. p. 1-15. Disponível em: <https://bit.ly/42xsYuT>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MEDITSCH, E. Jornalismo como forma de conhecimento. *In: Revista Brasileira de Ciência da Comunicação*, São Paulo, v. 21, n.1, p. 25-38, jan-jun. 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3NS6bpo>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MIROSHNICHENKO, A. AI to Bypass Creativity. Will Robots Replace Journalists? (The Answer Is "Yes"). 2018. *In: Information*. Disponível em: <https://bit.ly/41jVAqj>. Acesso em 12 maio 2021.

MUELLER, J. P.; MASSARON, L. **Inteligência Artificial para Leigos**. Tradução: Alberto Gassul. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

NIELSEN, R. K. Notícias Digitais como formas de conhecimento: um novo capítulo da Sociologia do Conhecimento. *Intexto*, Porto Alegre, n. 52, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3VJrETh>. Acesso em: 2 jan. 2021.

OLIVEIRA, R. Robôs ainda não pensam como humanos. **Observatório da Imprensa**. 08 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/42B5bdC>. Acesso em: 30 ago. 2017.

OREMUS, W. The First News Report on the L.A. Earthquake Was Written by a Robot. *In: Slate*. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2VIZwtz>. Acesso em: 13 jun. 2020.

PARK, R. News as a form of knowledge: a chapter in the sociology of knowledge. *In: American Journal of Sociology*, v. 45, n. 5, 1940, pp. 669-686. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2770043>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PERELMUTER, G. **Futuro Presente**: o mundo movido à tecnologia. Jaguaré; São Paulo: Editora Nacional, 2019.

PORTAL IMPRENSA. Jornalista robô erra e jornal dos EUA notícia terremoto que aconteceu em 1925. *In: Portal Imprensa*. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3VHR7fU>. Acesso em: 28 ago. 2017.

RUIZ, M. J. U.; VERDÚ, F. J. M. Discurso académico y profesional sobre el uso de la inteligencia artificial en las redacciones periodísticas. *In: Textual & Visual Media*, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3LGRHpD>. Acesso em: 27 ago. 2022.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. **Inteligência Artificial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SANTOS, M. C. Geração de textos jornalísticos por software: a estrutura de organização do lead traduzida em código. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CIBERJORNALISMO, 5., 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3HROHWI>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SEQUEIRA, C. M. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

TORRIJOS, J. L. R.; BRAN, C. T. Periodismo desportivo automatizado. Estudio de caso de AnaFut, el bot desarrollado por El Confidencial para la escritura de crónicas de fútbol. Doxa Comunicación. *In: Revista Multidisciplinar de Estudios de Comunicación y ciencias sociales*. p. 235-254. CEU Ediciones. n. 29, jul.-dez- 2019. Universidad de San Pablo. Madri (Espanha). Disponível em: <https://bit.ly/3MqbWfD>. Acesso em: 20 jun. 2021

TÚÑES-LÓPEZ, M.; TOURAL-BRAN, C.; NOGUEIRA, A. Criação de notícias e automação: Robotização na era do big data. *In: TOURAL, C.; CORONEL, G.; FERRARI, P. (org.). Big Data e Fake News na Sociedade do (des) conhecimento*. Aveiro (Portugal): Ria Editorial, 2019.

VAN DIJK. T. A. Notícias e Conhecimento. *In: Estudos em Jornalismo e Mídia*. Florianópolis, v. 2, n. 2. p. 13-29, 2005. Tradução: Luciano Bottini, Heloiza Hercovitz e Eduardo Meditsch. Disponível em: <https://bit.ly/3LKxxLv>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Submissão: 12 de mai. 2022

Aceite: 25 de abr. 2023.